



**Vanessa Cristina de Abreu Torres Hrenechen**  
(Organizadora)

# Comunicação e Jornalismo: Conceitos e Tendências 3

Vanessa Cristina de Abreu Torres Hrenechen  
(Organizadora)

# Comunicação e Jornalismo: Conceitos e Tendências 3

Atena Editora  
2019

2019 by Atena Editora  
Copyright © Atena Editora  
Copyright do Texto © 2019 Os Autores  
Copyright da Edição © 2019 Atena Editora  
Editora Executiva: Prof<sup>a</sup> Dr<sup>a</sup> Antonella Carvalho de Oliveira  
Diagramação: Rafael Sandrini Filho  
Edição de Arte: Lorena Prestes  
Revisão: Os Autores

O conteúdo dos artigos e seus dados em sua forma, correção e confiabilidade são de responsabilidade exclusiva dos autores. Permitido o download da obra e o compartilhamento desde que sejam atribuídos créditos aos autores, mas sem a possibilidade de alterá-la de nenhuma forma ou utilizá-la para fins comerciais.

### **Conselho Editorial**

#### **Ciências Humanas e Sociais Aplicadas**

Prof. Dr. Álvaro Augusto de Borba Barreto – Universidade Federal de Pelotas  
Prof. Dr. Antonio Carlos Frasson – Universidade Tecnológica Federal do Paraná  
Prof. Dr. Antonio Isidro-Filho – Universidade de Brasília  
Prof. Dr. Constantino Ribeiro de Oliveira Junior – Universidade Estadual de Ponta Grossa  
Prof<sup>a</sup> Dr<sup>a</sup> Cristina Gaio – Universidade de Lisboa  
Prof. Dr. Deyvison de Lima Oliveira – Universidade Federal de Rondônia  
Prof. Dr. Gilmei Fleck – Universidade Estadual do Oeste do Paraná  
Prof<sup>a</sup> Dr<sup>a</sup> Ivone Goulart Lopes – Istituto Internazionele delle Figlie de Maria Ausiliatrice  
Prof. Dr. Julio Candido de Meirelles Junior – Universidade Federal Fluminense  
Prof<sup>a</sup> Dr<sup>a</sup> Lina Maria Gonçalves – Universidade Federal do Tocantins  
Prof<sup>a</sup> Dr<sup>a</sup> Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte  
Prof<sup>a</sup> Dr<sup>a</sup> Paola Andressa Scortegagna – Universidade Estadual de Ponta Grossa  
Prof. Dr. Urandi João Rodrigues Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará  
Prof<sup>a</sup> Dr<sup>a</sup> Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande  
Prof. Dr. Willian Douglas Guilherme – Universidade Federal do Tocantins

#### **Ciências Agrárias e Multidisciplinar**

Prof. Dr. Alan Mario Zuffo – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul  
Prof. Dr. Alexandre Igor Azevedo Pereira – Instituto Federal Goiano  
Prof<sup>a</sup> Dr<sup>a</sup> Daiane Garabeli Trojan – Universidade Norte do Paraná  
Prof. Dr. Darllan Collins da Cunha e Silva – Universidade Estadual Paulista  
Prof. Dr. Fábio Steiner – Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul  
Prof<sup>a</sup> Dr<sup>a</sup> Girlene Santos de Souza – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia  
Prof. Dr. Jorge González Aguilera – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul  
Prof. Dr. Ronilson Freitas de Souza – Universidade do Estado do Pará  
Prof. Dr. Valdemar Antonio Paffaro Junior – Universidade Federal de Alfenas

#### **Ciências Biológicas e da Saúde**

Prof. Dr. Benedito Rodrigues da Silva Neto – Universidade Federal de Goiás  
Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Elane Schwinden Prudêncio – Universidade Federal de Santa Catarina  
Prof. Dr. Gianfábio Pimentel Franco – Universidade Federal de Santa Maria  
Prof. Dr. José Max Barbosa de Oliveira Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará

Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte  
Profª Drª Raissa Rachel Salustriano da Silva Matos – Universidade Federal do Maranhão  
Profª Drª Vanessa Lima Gonçalves – Universidade Estadual de Ponta Grossa  
Profª Drª Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande

### **Ciências Exatas e da Terra e Engenharias**

Prof. Dr. Adélio Alcino Sampaio Castro Machado – Universidade do Porto  
Prof. Dr. Eloi Rufato Junior – Universidade Tecnológica Federal do Paraná  
Prof. Dr. Fabrício Menezes Ramos – Instituto Federal do Pará  
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte  
Prof. Dr. Takeshy Tachizawa – Faculdade de Campo Limpo Paulista

### **Conselho Técnico Científico**

Prof. Msc. Abrãao Carvalho Nogueira – Universidade Federal do Espírito Santo  
Prof. Dr. Adaylson Wagner Sousa de Vasconcelos – Ordem dos Advogados do Brasil/Seccional Paraíba  
Prof. Msc. André Flávio Gonçalves Silva – Universidade Federal do Maranhão  
Prof.ª Drª Andreza Lopes – Instituto de Pesquisa e Desenvolvimento Acadêmico  
Prof. Msc. Carlos Antônio dos Santos – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro  
Prof. Msc. Daniel da Silva Miranda – Universidade Federal do Pará  
Prof. Msc. Eliel Constantino da Silva – Universidade Estadual Paulista  
Prof.ª Msc. Jaqueline Oliveira Rezende – Universidade Federal de Uberlândia  
Prof. Msc. Leonardo Tullio – Universidade Estadual de Ponta Grossa  
Prof.ª Msc. Renata Luciane Polsaque Young Blood – UniSecal  
Prof. Dr. Welleson Feitosa Gazel – Universidade Paulista

<b>Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP) (eDOC BRASIL, Belo Horizonte/MG)</b>	
C741	Comunicação e jornalismo: conceitos e tendências 3 [recurso eletrônico] / Organizadora Vanessa Cristina de Abreu Torres Hrenechen. – Ponta Grossa (PR): Atena Editora, 2019. – (Comunicação e Jornalismo: Conceitos e Tendências; v. 3)  Formato: PDF Requisitos de sistemas: Adobe Acrobat Reader Modo de acesso: World Wide Web Inclui bibliografia ISBN 978-85-7247-388-0 DOI 10.22533/at.ed.880191206  1. Comunicação social. 2. Democratização da mídia. 3. Jornalismo. I. Hrenechen, Vanessa Cristina de Abreu Torres. II. Série.  CDD 303.4833
<b>Elaborado por Maurício Amormino Júnior – CRB6/2422</b>	

Atena Editora  
Ponta Grossa – Paraná - Brasil  
[www.atenaeditora.com.br](http://www.atenaeditora.com.br)  
contato@atenaeditora.com.br

## APRESENTAÇÃO

Este e-book apresenta uma série de pesquisas sobre o papel do jornalismo na sociedade e as mudanças que ocorreram na comunicação ao longo da história a partir do ambiente virtual e das novas ferramentas tecnológicas. Neste volume, o leitor poderá compreender as características dos textos publicados nos jornais no início do século XX, época em que o ofício se dividia entre o jornalismo e a literatura.

Dentre os estudos, autores discutem a dimensão crítica, especificamente a jornalística, na formação de cidadãos mais conscientes em relação às mídias e trazem a diferenciação entre os termos alfabetização midiática, mídia-educação e educomunicação. Ao encontro deste tema, outra pesquisa analisa a contribuição do ombudsman na elucidação de um fato socialmente relevante.

Artigos abordam a prática jornalística contemporânea neste momento de pós-verdade e a sua adaptação às novas plataformas, assim como, revelam a transformação nos modos de produção impulsionada pela internet e o uso de big data. Além disso, também é possível compreender como o jornalismo se apropria de conversações, interações e mensagens que circulam em sites de redes sociais para a construção da notícia. Esta obra reúne reflexões teóricas importantes para aqueles que são pesquisadores, profissionais e estudantes da área.

Vanessa Cristina de Abreu Torres Hrenechen

## SUMÁRIO

<b>CAPÍTULO 1</b> .....	<b>1</b>
A CONTRIBUIÇÃO DA COLUNA DE <i>OMBUDSMAN</i> PARA A COMPREENSÃO DO ACONTECIMENTO NO CASO DA MORTE DO REITOR CANCELLIER	
Diana de Azeredo	
DOI 10.22533/at.ed.8801912061	
<b>CAPÍTULO 2</b> .....	<b>12</b>
A CRÍTICA DA MÍDIA ATRAVÉS DAS PRÁTICAS JORNALÍSTICAS	
Cristine Rahmeier Marquette	
DOI 10.22533/at.ed.8801912062	
<b>CAPÍTULO 3</b> .....	<b>24</b>
AGÊNCIAS INDEPENDENTES DE JORNALISMO E A PRÁTICA DO BIG DATA: CREDIBILIDADE E REVITALIZAÇÃO DO ETHOS PROFISSIONAL	
Leonel Azevedo de Aguiar Claudia Miranda Rodrigues	
DOI 10.22533/at.ed.8801912063	
<b>CAPÍTULO 4</b> .....	<b>36</b>
APONTAMENTOS SOBRE O CONCEITO DE ETNOJORNALISMO	
Mônica Panis Kaseker	
DOI 10.22533/at.ed.8801912064	
<b>CAPÍTULO 5</b> .....	<b>46</b>
ENGAJAMENTO E CIDADANIA NA UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA: UM ESTUDO DE CASO SOBRE A PRODUÇÃO NARRATIVA DO SOS IMPRENSA	
Ana Carolina Kalume Maranhão Marcos Amorozo Rafiza Varão	
DOI 10.22533/at.ed.8801912065	
<b>CAPÍTULO 6</b> .....	<b>57</b>
JORNALISMO E LITERATURA NO INÍCIO DO SÉCULO XX: UMA LEITURA COMPARATIVA ENTRE LIVROS E REPORTAGENS DE JOÃO DO RIO	
Aline da Silva Novaes	
DOI 10.22533/at.ed.8801912066	
<b>CAPÍTULO 7</b> .....	<b>69</b>
NOTÍCIAS ELABORADAS A PARTIR DE SITES DE REDES SOCIAIS NO CASO MARIELLE FRANCO	
Ingrid Cristina dos Santos	
DOI 10.22533/at.ed.8801912067	
<b>CAPÍTULO 8</b> .....	<b>80</b>
PÓS-VERDADE E FAKE NEWS: O JORNALISMO NA CONTEMPORANEIDADE	
João Marcos Maia de Santana da França Mayara Souza Suzart Daniela Costa Ribeiro	
DOI 10.22533/at.ed.8801912068	

<b>CAPÍTULO 9</b> .....	<b>88</b>
PROCESSOS DE CONVERGÊNCIA E REORGANIZAÇÃO EM REDAÇÕES JORNALÍSTICAS: UM OLHAR SOBRE A ESTRUTURA E A PRODUÇÃO DE NOTÍCIAS EM CIBERMEIOS BRASILEIROS	
<a href="#">Jonas Gonçalves</a>	
<b>DOI 10.22533/at.ed.8801912069</b>	
<b>CAPÍTULO 10</b> .....	<b>100</b>
SOBRE AS CAPAS: NOTÍCIAS E PRODUTOS À VENDA NA PRIMEIRA PÁGINA	
<a href="#">Karenine Miracelly Rocha da Cunha</a>	
<b>DOI 10.22533/at.ed.88019120610</b>	
<b>CAPÍTULO 11</b> .....	<b>113</b>
VISÕES MÍTICAS NA POÉTICA DE SOPHIA DE MELLO BREYNER ANDRESEN E O EFEITO CASSANDRA EM DISCURSOS MIDIÁTICOS	
<a href="#">Gisele Centenaro</a>	
<b>DOI 10.22533/at.ed.88019120611</b>	
<b>SOBRE A ORGANIZADORA</b> .....	<b>134</b>

## APONTAMENTOS SOBRE O CONCEITO DE ETNOJORNALISMO

**Mônica Panis Kaseker**

Universidade Estadual de Londrina, Departamento  
de Comunicação  
Londrina - Paraná

**RESUMO:** Propõe-se neste artigo uma discussão sobre o conceito de etnojournalismo, termo que vem sendo utilizado pelos movimentos indígenas para caracterizar a produção e veiculação de notícias e informações pelos povos originários, mas que ainda carece de reflexão teórica no campo jornalístico. Parte-se de algumas definições clássicas sobre o que caracteriza o jornalismo como: atualidade, periodicidade, universalidade, difusão, credibilidade e imparcialidade, passando pela discussão sobre como a internet impulsionou novos fazeres jornalísticos que colocam em xeque esses pressupostos. Encontra-se aproximações do etnojournalismo com outros conceitos como jornalismo alternativo, comunitário e cidadão.

**PALAVRAS-CHAVE:** Etnojournalismo; indígenas; interculturalidade; jornalismo.

### NOTES ON THE CONCEPT OF ETHNOJOURNALISM

**ABSTRACT:** This article proposes a discussion on the concept of ethnojournalism, a term that has been used by indigenous movements to characterize their own production and dissemination of news and information by indigenous people. There is still little theoretical reflection regarding this term in the journalistic field. Some characteristics of journalism such as actuality, periodicity, universality, diffusion, credibility and impartiality are discussed, reflecting on how the internet stimulated new practices that challenge these standards. Ethnojournalism approaches other concepts such as alternative, communitarian and citizen journalism.

**KEYWORDS:** Ethnojournalism; indigenous; interculturality; journalism.

### 1 | INTRODUÇÃO

O termo etnojournalismo vem sendo utilizado pelos movimentos indígenas para caracterizar a produção e veiculação de notícias e informações pelos povos originários, fenômeno que se expandiu com a popularização da Internet e dos dispositivos móveis. Considerando que este conceito ainda carece de reflexão teórica



no campo jornalístico, este artigo parte da discussão sobre algumas definições clássicas do jornalismo como: atualidade, periodicidade, universalidade, difusão, credibilidade e imparcialidade para, em seguida, revisitar as definições apresentadas pelos comunicadores indígenas sobre o etnojornalismo. Ao final reflete-se sobre as aproximações do termo com os conceitos de jornalismo alternativo, comunitário e cidadão. O objetivo é contribuir para uma definição conceitual sobre o etnojornalismo e promover reflexão sobre a prática jornalística a respeito dos povos indígenas.

## 2 | O QUE É MESMO O (ETNO)JORNALISMO?

Podemos pensar no jornalismo como a mera produção de notícias para jornais, revistas, meios eletrônicos e digitais. A retratação objetiva da realidade, difundida em escala industrial, a partir do uso de tecnologias de reprodutibilidade técnica. Como problematiza Ana Carolina Temer (2015, p.21-34), passando pelas definições de autores cânones como Beltrão (1960), Belau (1966), Lage (1992), Marques de Melo (1991), Marcondes Filho (2000) e Otto Groth (2011) entre outros, trata-se de um conceito complexo que vai além do papel de mero transmissor de informações, pois a imprensa é “um elemento ativo na sociedade, que pode atuar tanto para reproduzir outros saberes quanto para degradá-los” (TEMER, 2015, p.23).

Nas definições clássicas do jornalismo alguns pressupostos são destacados como a atualidade, periodicidade, universalidade e publicidade/difusão. No entanto, no modelo capitalista/industrial, que se desenvolveu ao longo do Século XX, os constantes esforços pela audiência e por anunciantes colocaram em xeque a credibilidade do jornalismo, o próprio capital simbólico desse campo. Ana Carolina Temer enumera várias estratégias utilizadas pelas empresas jornalísticas para legitimar sua credibilidade, como rapidez na cobertura, qualidade visual dos materiais, celebração dos profissionais e, especialmente o discurso da objetividade.

No entanto, o princípio de objetividade/imparcialidade também mascara os limites do jornalismo e reafirma a importância da técnica (no caso, a técnica da redação jornalística), consequentemente reforçando a importância do jornalismo como espaço privilegiado para a exposição dos fatos efetivamente importantes para os receptores. (TEMER, 2015, p.29)

A autora também ressalta que, como o jornalismo e a sociedade estão em constante transformação, novos tipos de conteúdo, veículos e práticas jornalísticas vão surgindo. Um exemplo disso tem sido o protagonismo de organizações sem fins lucrativos ou canais alternativos no jornalismo investigativo, como foi o caso da Mídia Ninja, que ganhou repercussão após as manifestações de 2013 no Brasil. Indígenas *On Line*, Rádio Yandê (webrádio), Povos Indígenas do Brasil são algumas referências a serem mencionadas no caso do midiativismo indígena, mas há também blogs, canais no You Tube e perfis nas redes sociais produzidos por indígenas das mais variadas etnias.

São exatamente essas transformações impulsionadas pela internet que fizeram surgir o que vem sendo chamado de etnojournalismo. O termo vem sendo utilizado especialmente pelos movimentos indígenas em seus sites, blogs e redes sociais: “Etnojournalismo é a atividade que consiste em lidar com notícias, dados factuais e divulgação de informações. Também define-se o etnojournalismo como a prática de coletar, redigir, editar, publicar informações sobre eventos atuais”, explica o blog de comunicação elaborado pelo grupo Indígenas *On Line* que existe desde 2006 (PETEIXE RAJY, 2018). Essa definição se estabelece a partir de pontos em comum com o jornalismo tradicional. Mas então qual seria o diferencial do etnojournalismo? A jornalista indígena Renata Tupinambá explica:

A grande mídia serve a interesses dos grupos empresariais e políticos que a mantém, o que impossibilita certas pautas importantes dentro da questão indígena. Infelizmente a falta de informação sobre os povos faz reproduzir muitos estereótipos, imagens associadas a conflitos apenas, exploração do exótico, equívocos sobre as culturas e realidade indígena contemporânea (in NONADA, 2018)

A jornalista ressalta que ainda falta o reconhecimento da comunicação como um direito dos povos originários. Como coordenadora da Rádio Yandê, uma webrádio produzida colaborativamente pelos povos indígenas, Renata tem se destacado no combate ao que ela chama de colonização da mídia. No Brasil, o Ministério da Cultura tem pelo menos 70 iniciativas desse perfil cadastradas em editais de incentivo. (NONADA, 2018) Nessa linha, Renata Tupinambá define: “o etnojournalismo traz para os conteúdos produzidos visões de mundo dos comunicadores, suas etnias e culturas, contribuindo para a descolonização dos meios de comunicação” (in NONADA, 2018). Ela conta que no Brasil um o pioneiro em protagonizar uma comunicação indígena foi Ailton Krenak com o Programa de Índio. De 1985 a 1990 ele foi apresentador do programa produzido pela UNI – União das Nações Indígenas e apresentado pela Rádio USP (JORNALUSP, 2018). O acervo de quase 200 programas de rádio está disponível no site Programa de Índio. Em todo o mundo coletivos e projetos de diferentes etnias vem trabalhando essa questão. A maioria dos projetos brasileiros, segundo Renata, ainda são realizados junto com não indígenas, mas cada vez mais indígenas buscam autonomia e real protagonismo em suas iniciativas.

No campo acadêmico ainda pouco se abordou a temática da comunicação indígena, ainda mais especificamente sob a perspectiva do etnojournalismo. Como ainda temos proporcionalmente poucos indígenas graduados e ainda menor número de pós-graduados, tomaremos aqui a liberdade de mencionar jovens pesquisadores que começaram a discutir essa definição. Na Universidade Estadual de Londrina, o primeiro jornalista indígena formado no Paraná, Osias Sampaio, em seu Trabalho de Conclusão de Curso, em 2010, discutiu as diferentes abordagens do jornalismo indígena e jornalismo indigenista, ambos voltados a dar voz aos povos originários, porém somente o primeiro com o protagonismo e autonomia dos indígenas.

O jornalismo indígena e indigenista é desconhecido de setores da sociedade ocidental, mas é de importância fundamental para os povos ameríndios,

considerando a necessidade de refutação às notícias distorcidas e imprecisas da mídia corporativa; considerando também o princípio da liberdade de expressão e os direitos indígenas nacionais e internacionais ratificados em várias instâncias, conquanto muitas vezes ignorados nas políticas e nos setores anti-indígenas das sociedades ocidentais. (SAMPAIO, 2010, p. 19)

Sampaio destaca que o jornalismo indígena está focado na defesa, denúncia e também na divulgação da cultura, não tendo por objetivo o lucro e, portanto, independente da publicidade. Ele constata que no Brasil essas práticas ainda estão em fase de expansão e capacitação, a produção é “feita por iniciantes, com redação incipiente, desajustada aos padrões da escrita noticiosa. Neste trabalho está sendo legitimada como jornalística toda atividade informativa praticada pelos indígenas, ainda que seja amadora e local.” (2010, p.65)

Já Mayra Wapichana, em seu Trabalho de Conclusão do Curso de Jornalismo da Universidade Federal de Roraima (UFRR), retoma a discussão em 2015, já utilizando o termo desde o título *Etnojornalismo, estratégias de comunicação e o protagonismo indígena: um estudo de caso no Conselho Indígena de Roraima*. Para Wapichana, “o etnojournalismo tende a ser um agente dinâmico na busca pelo reconhecimento das nossas reivindicações, principalmente, aqui no Brasil, onde não encontramos a ressonância necessária na grande mídia” (2016, p.60). Ela coloca a formação superior e profissional como um desafio aos indígenas:

na medida em que nós indígenas nos desafiamos a atuar nesse campo do jornalismo, estamos dando respostas de que é possível, sim, exercer a função em prol de uma coletividade étnica. Ou seja, hoje, não só eu enquanto indígena que busca a formação superior na área do jornalismo, como muitos indígenas em diversas Universidades do Brasil também se desafiam a concluir ou já concluíram a formação e exercem a função como jornalistas indígenas (2016, p.19)

No artigo *Comunicar mais para ser mais: O Etnodesenvolvimento como uma perspectiva para o Etnojornalismo*, Cristina Oliveira, pesquisadora não indígena, já havia abordado o termo como um tipo específico de comunicação, cuja definição envolve “agente, processo, produto ou meio de comunicação” (2014, p.19). Nessa definição, podemos entender que o etnojournalismo seria um jornalismo produzido por indígenas, em um processo de construção de sentido que se insere nas formas de se relacionar e narrar histórias de cada etnia, mas também de produtos e meios de comunicação que têm características específicas em relação à seleção de temas, critérios de relevância, fontes pertinentes e até mesmo estéticas e linguagens próprias. Outra menção ao termo etnojournalismo é feita por Vizeu (2010, p.234) em uma abordagem bastante diferente, ao tratar sobre métodos de pesquisa do *newsmaking*. O autor se refere ao uso da etnografia para observar as práticas de produção de notícias nos veículos noticiosos. Neste caso, com observação participante no dia a dia das redações, entrevistas não diretas e outras técnicas, a metodologia visa compreender os processos produtivos de notícias, o que o autor chama provisoriamente de etnojournalismo. Porém, não é nessa perspectiva que estamos considerando o conceito.

### 3 | ALTERNATIVO, POPULAR, COMUNITÁRIO E CIDADÃO

O uso do termo etnojournalismo pelos movimentos indígenas se refere a práticas que apresentam pontos em comum com outras modalidades, como o jornalismo alternativo, independente, popular, comunitário e cidadão. Passamos então a problematizar essas interfaces em busca de estabelecer o que se agrega de novidade a esse termo.

No Brasil, identifica-se a presença da imprensa alternativa nos pasquins irreverentes e panfletários que já existiam no período da Regência, com seu apogeu por volta de 1830, assim como nos jornais anarquistas na virada dos Séculos XIX e XX. Mas, segundo Kucinski, o jornalismo alternativo ganha força no país durante a ditadura militar, como forma de resistência. No período de 1964 a 1980, havia cerca de 150 periódicos com este perfil, considerando jornais políticos, satíricos, feministas, ecológicos e culturais. Ele distingue quatro características desse tipo de jornalismo: não está ligado à política dominante, se posiciona antagonicamente, representa uma saída para uma situação difícil e o desejo de protagonizar transformações sociais. (KUCINSKI, 1991, p.5)

Peruzzo também problematiza sobre as semelhanças entre os conceitos de comunicação alternativa, popular e comunitária. O alternativo se dá em relação ao estabelecido, ao comercial, diferenciando-se pelos conteúdos de abordagem crítica e pelos modos de organização e de produção.

Houve um tempo em que produzir e difundir boletins, panfletos, jornais etc., significava grande risco de prisão e condenação política. Assim, no contexto do regime militar, produzia-se comunicação alternativa clandestinamente, pois havia controle estatal e censura. (PERUZZO, 2009, p.132)

Em sua definição, trata-se de uma contracomunicação, feita pelos movimentos populares e comunidades, com os seguintes objetivos: exercitar a liberdade de expressão, oferecer conteúdos diferenciados, conscientizar e democratizar a informação, assim como contribuir para a transformação social. No entanto, a autora conclui que com o tempo, o uso do termo “alternativo” tornou-se insuficiente para definir um conjunto de práticas muito diversas.

Há para Peruzzo uma distinção entre comunicação popular e comunitária, comunicação alternativa e imprensa alternativa. A comunicação popular e comunitária seria aquela produzida pelos movimentos sociais populares e comunidades, sem fins lucrativos, educativa, cultural e mobilizadora, com a participação ativa horizontal do cidadão, para atender suas demandas. Já a comunicação popular alternativa é feita com a participação de segmentos populares. Em geral, motivada ou viabilizada por organizações não governamentais (ONGs) e outras instituições, como universidades. Já a imprensa alternativa refere-se a processos de comunicação basicamente jornalísticos, destoantes dos padrões dos meios de comunicação convencionais e dos setores dominantes. Neste caso, outras diferenciações específicas são propostas

por Peruzzo como: jornalismo popular alternativo, jornalismo alternativo colaborativo, jornalismo alternativo autônomo (produzido por indivíduos isoladamente ou por microempresários), jornalismo político-partidário e ainda jornalismo sindical. (2009, p.140-143)

De qualquer forma, nas chamadas mídias alternativas, o público exerce o papel de audiência ativa, ou seja, pessoas que mantém uma relação dinâmica com os movimentos sociais participam da construção de uma esfera pública alternativa, superando os interesses, operam e recriam os meios e os agentes sociais, retirando da mídia sua caracterização meramente mercadológica (DOWNING, 2002)

Atton lamenta o fato de que os cursos de jornalismo “ignoram a ética e as práticas do jornalismo alternativo, ou então os apresentam como estudos de caso “extremos””. Ele propõe métodos de educação em jornalismo que questionem a epistemologia dos valores notícia e objetividade, enfatizando a construção social dos “fatos” e do conhecimento e desenvolvendo o pensamento crítico e a reflexividade. O jornalismo alternativo seria uma via de ação fora da divisão corporativa do trabalho e do capital. Atton sugere incorporar o estudo do jornalismo alternativo nos currículos, com os seguintes propósitos: “1) funcionar como uma crítica através da práxis de formas de jornalismo institucionalizadas e rotineiras; 2) sugerir “outras formas” de fazer jornalismo; e (3) oferecer habilidades - e abrir possibilidades - para aqueles que possam querer trabalhar em “mídias de cidadãos”. (ATTON, 2003, p. 271)

Podemos estabelecer também uma conexão do termo etnojornalismo com o que Traquina e Mesquita chamam de jornalismo cívico ou público (2003, p. 9-27), um movimento surgido nos Estados Unidos no final dos Anos 80 em resposta à insatisfação dos leitores. Há muita discussão sobre a nomenclatura, pois outros autores abordando a mesma temática se referem a essa prática como jornalismo público, comunitário e até mesmo cidadão. O termo cívico remeteria ao período da ditadura militar, assim como o público poderia dar a conotação de que é produzido por uma instância pública de comunicação (ligada ao Estado), assim como o jornalismo comunitário teria a conotação de ser totalmente produzido pela comunidade. (BARCELLOS; ALVETTI, 2007). Sobre o jornalismo cívico, conforme a nomenclatura utilizada por Traquina, a experiência inicial se deu no *Columbus Ledger Enquirer* que “abandonou o seu papel tradicional de observador desligado e assumiu um papel de ativista na tentativa de melhorar a qualidade de vida na comunidade” (TRAQUINA in TRAQUINA e MESQUITA, 2003, p.11). Na prática, o periódico passou a promover encontros e pesquisas com seus leitores numa tentativa de aproximar sua cobertura dos interesses da comunidade. Outros jornais passaram a aderir a essa ideia de maior proximidade com as demandas do público. Merritt define as linhas condutoras do jornalismo cívico:

1) ir para além da missão de dar as notícias para uma missão mais ampla de ajudar a melhorar a vida pública; 2) deixar para trás a noção do “observador desprendido” e assumir o papel de “participante justo”; 3) preocupar-se menos com as separações adequadas e mais com as ligações adequadas; 4) conceber o público não como consumidores, mas como actores na vida democrática, tornando assim prioritário

para o jornalismo estabelecer ligações com os cidadãos. (cit por TRAQUINA in TRAQUINA; MESQUITA, 2003, p.13)

Para Mesquita, o jornalismo cívico se contrapõe às práticas fragmentárias do jornalismo tradicional que pula de um acontecimento a outro com superficialidade. Profundidade e voz ativa do cidadão para deliberar sobre o que é relevante à vida comunitária caracterizariam esse jornalismo. O aspecto comunitário dessa abordagem poderia ser um antídoto à apatia política e ao desinteresse pela participação política (in TRAQUINA; MESQUITA, 2003, p. 21-22). Já Rosen critica a noção fundamental de objetividade que caracteriza o jornalismo dos Estados Unidos, que por sua vez influenciou a prática jornalística no mundo todo. Nessa perspectiva, em nome da objetividade, o jornalista perdeu sua independência e sua voz. Em nome do equilíbrio, passou a expor os argumentos de uma verdade, para em seguida ouvir o outro lado, cuja verdade que discordará completamente da primeira. E sugere que a objetividade seja substituída por algo melhor (in TRAQUINA; MESQUITA, 2003, p. 75-77).

Embora encontrem algum valor na abordagem crítica desse jornalismo, o fato deste ser exercido dentro do mercado “impede que ele ensaie qualquer desafio rigoroso ao profundo estrutural, institucionalizado e relações de poder profissionalizadas dos meios de comunicação de massa” (ATTON, 2003, p.273).

Outro termo que vem sendo utilizado no Brasil é o de jornalismo cidadão para as participações do público nos noticiários, enviando imagens de acidentes, informações sobre o trânsito e denúncias sobre problemas de infraestrutura nos bairros. Moretzsohn discute esse jornalismo “cidadão” ou “participativo”, considerando um “equivoco de se apontar um confronto entre “nós” (os cidadãos ansiosos por comunicar livremente) e “eles” (os jornalistas empenhados em preservar discricionariamente seus “privilégios” sobre o poder de informar)” (2014, p. 249). A autora considera que a responsabilidade na apuração e divulgação das notícias exige uma qualificação, sem negar o direito constitucional à liberdade de expressão e de comunicação que se amplia com o acesso às novas tecnologias. Reitera o caráter profissional do jornalismo como um mediador e aponta para os riscos em adotar o senso comum como fonte de “verdade”. Além disso, constata que as empresas de comunicação têm utilizado a fórmula do “repórter cidadão” como uma simulação de que o “povo” fala, embora não edite. Com esses quadros, “obtem matéria-prima a partir de uma mão de obra informal, que ao mesmo tempo se comove com a súbita valorização e retribui com sua audiência fiel.” (MORETZSOHN, 2014, p. 263)

Numa análise mais otimista, Renó e Dankosky consideram que o jornalismo cidadão significa diversidade de opinião e equilíbrio entre dois olhares: o dos meios e o do povo. Além disso, representa divergência cultural e tecnológica em relação às práticas tradicionais. Para os autores, ambos são importantes: “o jornalismo cidadão é, em diversos casos, um agente regulador dos meios tradicionais” (in BRONOSKY; CARVALHO, 2014, p.181), já o jornalismo tradicional pode cumprir a função de legitimar as informações difundidas pelos grupos cidadãos.

## 4 | CONSIDERAÇÕES

Com base nas experiências relatadas como práticas de etnojournalismo, surgidas com o acesso às tecnologias digitais e à internet, e nas discussões sobre a epistemologia do jornalismo e os conceitos de jornalismo alternativo, popular, comunitário, público e cidadão, é possível propor uma definição ao termo.

O etnojournalismo é um jornalismo alternativo na medida em que adota modos de produção, expressão e distribuição diferentes dos padrões dos meios de comunicação convencionais e dos setores dominantes. É popular e comunitário por ser elaborado de forma participativa e democrática dando voz diretamente aos membros de determinada comunidade.

Há também aproximações com algumas características do jornalismo cívico ou público como ir para além da missão de dar as notícias para ajudar a melhorar a vida pública, assumir o papel de participante e conceber o público não como consumidores, mas como atores na vida democrática. Também tem semelhanças com o chamado jornalismo cidadão, na medida em que o público pode “falar” nas produções. No entanto, o etnojournalismo se afasta tanto do jornalismo cívico/público como do cidadão pelo fato destes serem praticados dentro das estruturas do mercado midiático.

Em síntese, consideramos o etnojournalismo como um jornalismo alternativo, com vocação popular e comunitária, engajado e independente, trazendo como especificidade a questão étnica. Nesse sentido, pressupõe-se que é produzido com o protagonismo de indígenas, com a adoção de valores próprios na seleção de temas, fontes e enquadramentos, resultando em produções que traduzam traços culturais e étnicos em sua técnica, ética e estética, que serão veiculados em mídias livres, engajadas e ativistas em suas causas e, quem sabe, possam também ser divulgadas por meios de comunicação que promovam essa abertura em sua linha editorial.

A partir dessas delimitações conceituais iniciais, vislumbra-se a necessidade de novas pesquisas que possam se aprofundar nas reflexões sobre a interculturalidade nas práticas jornalísticas, as particularidades das mídias que se propõem o processo de descolonização, assim como sobre o papel do jornalista não índio na intersecção com essa problemática e esses saberes.

## REFERÊNCIAS

ATTON, C.. **What is ‘alternative’ journalism?** Journalism 4 (3):267-272. University, Edinburgh, 2003.

BARCELLOS, Z.; ALVETTI, C.. **Jornalismo cidadão, uma proposta brasileira ao jornalismo cívico.** Artigo apresentado ao VIII Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação da Região Sul – Passo Fundo – RS. Disponível em <http://www.intercom.org.br/papers/regionais/sul2007/resumos/R0791-1.pdf> Acesso em 20/06/2018.

CARVALHO, G.. **Jornalismo Alternativo na era digital:** reportagens da Agência Pública. Alterjor (ECA-USP. São Paulo. Ano 02– Volume 02 Edição 04. 2011.

- CHINEM, R.. **Imprensa alternativa**: jornalismo de oposição e inovação. São Paulo: Ática, 1995.
- DOWNING, J. **Mídia radical**: rebeldia nas comunicações e movimentos sociais. São Paulo: Senac, 2002.
- JORNALUSP. **Cultura Indígena: programa discute a música dos Krenak**. Disponível em <https://jornal.usp.br/radio-usp/programas/biblioteca-sonora/cultura-indigena-programa-discute-a-musica-dos-krenak/> Acesso em 30/07/2018.
- KUCINSKI, B.. **Jornalistas e revolucionários**: nos tempos da imprensa alternativa. São Paulo: Página Aberta, 1991.
- MESQUITA, As tendências comunitaristas no Jornalismo Cívico. (in) TRAQUINA, N.; MESQUITA, M.. **Jornalismo cívico**. Lisboa: Horizonte, 2003.
- MORETZSOHN, S.. **O “jornalismo cidadão” e o mito da tecnologia redentora**. Brazilian Journalism Research - Volume 11 - Número 2 – 2014, (248-271).
- OLIVEIRA, C.N.. **Comunicar mais para ser mais**: O Etnodesenvolvimento como uma perspectiva para o Etnojornalismo. Revista do Núcleo Histórico Socioambiental – NUHSA, -V 1,N.3: Editora UFRR; Outubro, 2014.
- PERUZZO, C.. **Aproximações entre a comunicação popular e comunitária e a imprensa alternativa no Brasil na era do ciberespaço**. Galáxia: revista do Programa de Pós-Graduação em Comunicação e Semiótica. São Paulo: Pontifícia Universidade Católica, n. 17, p. 131-146, jun. 2009.
- PROGRAMA DE ÍNDIO. Site criado em 2009 pelo Núcleo de Cultura Indígena para disponibilizar o acervo do **Programa de Índio**. Disponível em <http://ikore.com.br/programa-de-indio/> Acesso em 30/07/2018.
- RENÓ, D.P.; DANCOSKY, A.K.. Entre a convergência e a divergência: o “jornalismo cidadão” do Mídia Ninja. (in) BRONOSKY, M. E.; CARVALHO, J. M.. (orgs) **Jornalismo e Convergência**. São Paulo: Cultura Acadêmica, 2014.
- ROSEN, J.. Para além da objectividade. (in) TRAQUINA, N.; MESQUITA, M. **Jornalismo Cívico**. Lisboa. Livros Horizonte, 2003.
- SAMPAIO, O. R. A.. **Jornalismo indígena e jornalismo indigenista**. Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Curso de Comunicação Social – Jornalismo da Universidade Estadual de Londrina. UEL: Londrina, 2010.
- TEMER, A.C.R.P.. Fronteiras híbridas: o jornalismo e suas múltiplas delimitações. (in) TEMER, A.C.R.P.. ;SANTOS, M. dos. **Fronteiras híbridas do Jornalismo**. Curitiba: Appris, 2015.
- TRAQUINA, N. Jornalismo Cívico: reforma ou revolução. (in) TRAQUINA, N.; MESQUITA, M. **Jornalismo Cívico**. Lisboa. Livros Horizonte, 2003.
- TRAQUINA, N.; MESQUITA, M.. **Jornalismo cívico**. Lisboa: Horizonte, 2003.
- TUPINANBÁ, R.. (in) NONADA. **Iniciativas indígenas buscam autonomia no jornalismo**. Disponível em <http://www.nonada.com.br/portal/2016/05/iniciativas-indigenas-buscam-autonomia-no-jornalismo/> Acesso em 03/07/2018.
- VIZEU, A.. O newsmaking e o trabalho de campo. LAGO, C.; BENETTI, M. (Org.). **Metodologia da Pesquisa em Jornalismo**. 3a. ed. Petrópolis: Vozes, 2010.
- WAPICHANA, M.C.S.. **Estratégias de Comunicação e Etnojornalismo no Conselho Indígena de**



**Roraima.** Monografia apresentada ao Curso de Comunicação Social com habilitação em Jornalismo da Universidade Federal de Roraima – UFRR. Porto Velho, 2016.

Agência Brasileira do ISBN  
ISBN 978-85-7247-388-0

